

## *Cidades...*

Monica Velloso<sup>1</sup>

Fenelon, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. S. Paulo, Olho d'água, 1999.

“A cidade mora em mim e eu nela” – dizia Lima Barreto, referindo-se ao Rio de Janeiro do início do século XX. “A cidade não mora mais em mim” – canta hoje Chico Buarque na composição *Assentamento*. Os homens produzem suas cidades como as cidades os produzem numa relação de reciprocidade e convivência, conforme nos sugere Sansot.<sup>2</sup> Portanto, é a partir de suas vivências, experiências e práticas cotidianas que os habitantes constroem a cidade, inventando e reinventando espacialidades e temporalidades.

Dar voz e visualidade a essa multiplicidade de perspectivas significa perceber o espaço urbano na inteireza da sua inteligibilidade forjada pelas experiências sociais. Significa, sobretudo, enfrentar um desafio que se vem apresentando como um dos traços da história cultural, qual seja, o de conviver com a diversidade de olhares das disciplinas que trabalham o social.

Essa vem a ser uma das propostas centrais do grupo de pesquisa Cultura e Cidades, composto pelos alunos da pós-graduação em história da PUC de São Paulo. *Cidades*, livro organizado pela professora Déa Fenelon Ribeiro, é o resultado de um conjunto de pesquisas históricas que refina o seu enfoque teórico e sensibilidade imaginativa conjugando, dentre outros, o saber urbanístico e o arquitetônico, engenharia e saúde pública.

São ao todo dez artigos que resultam de pesquisas destinadas à elaboração de teses de mestrado e de doutorado.

Um dos grandes méritos da coletânea é o de trabalhar a fundo a complexidade do processo das intervenções urbanas, mostrando-o nos seus meandros de particularidades e de diversidades. As análises não se restringem ao tradicional eixo Rio-São Paulo, mas trabalham com outras capitais brasileiras como Salvador, Fortaleza e Manaus, abordando ainda a cidade portuária de Santos e outras cidades do interior de Minas (Itaiutaba) e do Pará (Castanhal).

---

1. Monica Velloso é doutora em História Social pela USP e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa/Faperj. Publicou *As tradições populares da Belle Epoque carioca*, Funarte, 1988; *Modernismo no Rio de Janeiro*, FGV, 1996; e *Mário Lago: boemia e política*, FGV, 1997, além de vários artigos sobre cultura, intelectuais e Estado

2. Pierre Sansot, *La poétique de la ville*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1984.

Resulta daí um painel instigante para pensarmos o processo de modernização das nossas cidades, notadamente os seus elevados custos sociais (desterritorialização, deslocamento forçado de mão-de-obra e violência de todo tipo em relação às camadas populares). “Ponto de encontro permanente”, lugar de cultura, de criatividade, de memórias, de modos de vida, de trabalho, mas sobretudo lugar de conflitos pela ocupação do território, a cidade aparece aqui configurada em toda a sua gama complexa de significados.

Analisando o processo de urbanização da virada do século XVIII ao XX (especialmente), os estudos da coletânea têm como eixo comum mostrar a cidade plural, a partir das relações sociais instituídas no cotidiano.

As abordagens para pensar essa cidade são as mais distintas, lidando-se com temas ainda inéditos ou, pelo menos, pouco conhecidos na história social como é o caso do estudo sobre o lixo. Através desse, reconstitui-se hábitos, sensibilidades, e práticas do cotidiano paulista do início do século XX. Aparece também o conflito entre a municipalidade e o Estado quanto à remoção do lixo, fato esse que revela os distintos projetos de urbanização que estavam em jogo. Essa maneira de pensar a cidade nos é sugerida pelo trabalho “Os restos e a cidade”, de Rosana Miziara Lopes.

Explorando a temática da saúde pública, Luiz Henrique Blume, em “O porto maldito: modernização, epidemias e moradia da população pobre em Santos no final do século XIX”, analisa as tensões sociais e as duras conseqüências da modernização. Referenciando-se pelos relatórios sanitários, o autor nos mostra detalhadamente a relação intrínseca que se estabelece entre as intervenções urbanas, que a princípio visavam garantir a salubridade, e o controle social das camadas populares. Enfatizando a relação dos habitantes com a cidade – que perfaz continuamente os limites da urbanidade –, mostra-se que a exclusão não impediu a rearticulação do grupo que, mantendo certas práticas de sobrevivência, consegue se apropriar e dar novos sentidos ao espaço.

O processo de urbanização vivenciado a partir dos seus habitantes, as distintas lógicas de apropriação do espaço, cotidiano e memória são os grandes eixos que integram a presente coletânea. Através das queixas dos moradores aos jornais é possível resgatar as representações da cidade, revelando como os seus habitantes percebiam as mudanças e reinventavam outras formas de sociabilidade pública. Esse é o tema explorado cuidadosamente por Lier Ferreira Balcão em “A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)”.

Salientando o jornal enquanto instância ordenadora da cidade, capaz de traduzir “queixas da população contra a própria população” (p. 155), Marta Emísia Jacinto, em “Casas de palha e de jardins”, vai mostrar Fortaleza como uma cidade cindida entre a periferia e o centro do perímetro urbano. Enfatiza-se a conceituação do espaço como invenção social capaz de produzir sujeitos e também desses, por sua vez, serem capazes de produzir outros modos de viver o tempo e o espaço. Resultam daí “microtempos” e “espacialidades invisíveis” na periferia urbana (p. 157) que vão sendo resgatados e analisados com apuro e sensibilidade.

Trabalhar a cidade como local onde “se desenvolve o embate das forças

sociais” (p. 58) é a perspectiva que informa o trabalho de Lúcia Silva em “A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana”. Salientando a multiplicidade de processos e agentes sociais no espaço, que implicavam em diferentes estratégias discursivas, a autora nos mostra como o processo de remodelação da cidade acabou retirando “o componente territorial das relações sociais” (p. 81) ao inserir a lógica capitalista de espaço, centrada na busca da homogeneização e uniformidade. Contrastando a cidade como “conhecimento do território” com a cidade como “cenário do poder”, (sobretudo a partir da implantação do Estado Novo, quando ocorre a construção de prédios de estilo monumental), Lúcia Silva levanta questões extremamente sugestivas para se pensar a construção conflituosa da identidade urbana carioca.

No seu conjunto, a coletânea permite que se estabeleça interessantes contrapontos entre os processos de urbanização das cidades. No Rio de Janeiro e em Fortaleza, por exemplo, assinala-se a cisão entre o centro e a periferia, para onde a mão-de-obra trabalhadora é forçada a se deslocar, o que não ocorre em Manaus, onde a reforma urbana não se faz acompanhar de uma reforma arquitetônica, nem ocorre o famoso “bota abaixo” promovido pelo prefeito Pereira Passos na capital federal, o que torna possível a convivência entre a “Manaus real” e a “Manaus ideal”. Tal convivência fez coexistirem – nas avenidas centrais da cidade – as belas fachadas com a precariedade e a insalubridade dos interiores.

Essa é a temática desenvolvida por Francisca Deusa da Costa no artigo que ganha o expressivo Título “Quando viver ameaça a ordem urbana – Manaus 1900-1915.” Ficam claros nesse estudo os diferentes graus de segregação social, que necessariamente não ocorre apenas no espaço físico da cidade, mas também no espaço da visibilidade pública. Ainda um outro ponto que merece atenção nesse estudo é a capacidade de intervenção – mesmo que precária – dos modos de viver das camadas populares nos projetos urbanísticos oficiais. Baseando-se na iconografia cartográfica, a autora nos mostra que a cidade foi planejada para crescer no sentido norte da selva amazônica, criando-se para isso uma rede de transportes adequada. Porém, os igarapés – local de tradicional sociabilidade da população – acabaram funcionando como verdadeiras “estradas de água” conduzindo a população carente e sobretudo criando novos limites na expansão urbana.

As cidades podem escapar às cartografias que lhe foram destinadas ou realizá-las apenas em parte. É o que nos mostra o trabalho de Leila Regina Diêgoli, “ Prestes Maia e seus projetos de cenografia urbana”. A autora analisa no período do Estado Novo (1937-45) as obras públicas e projetos arquitetônicos empreendidas e/ou idealizadas pelo prefeito paulista na área central da cidade, cujo propósito era o de construir uma “cidade espetáculo” e monumental. Vale ressaltar a atenção que ela dispensa aos chamados “projetos de gaveta”, considerando-os como valiosa fonte da pesquisa histórica. Analisar o urbano por esse prisma significa tentar ir além da materialização das idéias, ajudando a entender outros desenhos possíveis da cidade e da estética urbana.

A marca que o cidadão tenta imprimir ao espaço em que habita configura-se como interessante tema de pesquisa da história urbana. Em “Cidade, memória

e experiência, ou o cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX”, Franciane Gama elege esse cotidiano como foco de sua reflexão. Baseada em entrevistas de antigos moradores e nos registros da cidade, a autora reconstitui o imaginário de Castanhal, no Pará, onde o passado é rememorado a partir das vivências trazidas pelo presente. A estação de trem é o centro dessas lembranças que são tornadas como fonte histórica. “Desenhadas pela memória”, as ruas, prédios e demais espaços (notadamente a igreja, erguida com os tijolos trazidos em mutirão pelos fiéis) adquirem uma outra historicidade, construída pela vivência cotidiana dos moradores.

Nesse esforço em reconstituir a trama do tecido urbano, a questão da organização do trabalho e da violência na arregimentação da mão-de-obra também tem o seu lugar no conjunto da coletânea.

Baseada em documentos extraídos dos arquivos das irmandades religiosas, Cássia Regina Carvalho de Magaldi – “Entre o pensar e o fazer arquitetura em Salvador na virada do século XVIII e XIX” – nos revela a importância que tiveram as irmandades na constituição do conjunto arquitetônico de Salvador. Partindo de uma abordagem bastante original, a autora ressalta a criatividade e o poder de organização das corporações de ofício, ligadas misticamente aos seus santos patronos, que organizam uma mão-de-obra livre composta pelos oficiais mecânicos. Miscigenação étnica e cultural, espírito inventivo, especialização, adaptabilidade às condições geográficas, climáticas e ecológicas são algumas das condições que a autora destaca para sugerir a existência de um processo cultural regionalizado para se pensar a arquitetura brasileira.

Analisar a cidade como pólo atrativo das migrações e trabalho é a proposta de Dalva Maria de Oliveira Silva em “Migrantes nordestinos e as relações com a cidade”. Partindo de depoimentos dos moradores da cidade de Itaiutaba, a autora nos mostra como a migração dos nordestinos para a cidade mineira vai moldar e deixar-se moldar pela história da cidade, a partir da década de 1940. A luta pela conquista do espaço urbano – que começa na pensão para onde os recém-chegados são trazidos pelos agenciadores, estendendo-se às ruas e demais espaços de sociabilidade – mostra uma trajetória feita de estranhamentos, rejeições e violências de todo o tipo. Um dos aspectos interessantes do trabalho – e que merece ser aprofundado – é o entrecruzamento de depoimentos dos mineiros e dos imigrantes sírio-libaneses em relação à sua percepção do imigrante nordestino. Vale como estudo do olhar sobre o outro e como índice revelador da multiplicidade dos conflitos que marcam a história das migrações urbanas.

No seu conjunto, *Cidades* revela claramente o benefício que pode resultar da abertura de novas fontes para a pesquisa histórica. Através de dados extraídos de fontes tão diversas – arquivos de irmandades religiosas, arquivos municipais, censos demográficos, livros de tomo, imprensa, registros policiais, entrevistas, iconografia cartográfica ou relatórios sanitários –, chega-se à imagem de uma cidade plural. Cidade conflituada e ambígua, onde se entrecruzam as mais distintas práticas e culturas.

Trabalhando a cidade a partir do enfrentamento constante de forças, de vozes e de memórias, os estudos dessa coletânea mostram estar afinados com

uma das demandas centrais do ofício do historiador, que é justamente a de saber formular problemas. Sem problemas não há História. O trabalho com os documentos consiste sempre nesse diálogo entre dois sujeitos, em que o primeiro – localizado no presente e balizado por seus referenciais – indaga e é respondido por homens situados num tempo diferente. Tais respostas vão iluminando o contexto no qual foram elaborados os registros e a cultura à qual pertenciam os seus autores, conforme nos lembra Mattos.<sup>3</sup>

Em *Cidades* esse diálogo com as fontes é claro, construindo-se novos modos para se pensar o urbano a partir de um sólido entrecruzamento entre o passado e o presente.

A abordagem do cotidiano – perspectiva de análise presente na maior parte dos estudos dessa coletânea – permite uma visão complexa do social, que pode ser compreendido como “trama inteligível e sensível”, no dizer de Mafesoli,<sup>4</sup> marcado pelo seu caráter polissêmico, fragmentário e inacabado.

Para terminar, vale assinalar o caráter oportuno dessa obra, num momento em que a publicação de textos fica cada vez mais condicionada aos interesses comerciais das editoras. Deixa-se com isso de divulgar parte expressiva da nossa produção intelectual, que acaba restrita ao pequeno circuito acadêmico. Nunca é demais lembrar a premência do estreitamento de vínculos entre a produção universitária e o conjunto da sociedade. A temática da cidade, particularmente, apresenta-se como campo privilegiado para o avanço desse processo, propiciando uma base reflexiva para a elaboração eficaz, criativa e marcadamente humana do atual planejamento estratégico urbano.

Nesse sentido, os estudos contidos nessa coletânea certamente podem oferecer subsídios capazes de colaborar para essa integração da universidade, tão necessária quanto inadiável. *Cidades* vem a ser o primeiro número da série “Pesquisas” que esperamos tenha vida longa para continuar produzindo esse tipo de reflexão.

---

3. Ilmar Roloff. de Mattos, “A propósito de uma experiência original”, in *Ler e escrever, para contar. – documentação, historiografia e formação do historiador*, Rio de Janeiro, ACESS, 1998.

4. Michel Mafesoli, *A conquista do presente*, Rio de Janeiro, Rocco, 1984.